



PROVA 2016.1

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova que contém em suas páginas 40 questões objetivas. Confira o caderno e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo 40 questões, o qual **NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de sua opção.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de anulação das respostas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o cartão-resposta devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de 4 (quatro) horas. A saída do candidato só será permitida depois de transcorridas 2 (duas) horas do início da prova. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. No dia 1º de julho de 2016, após as 23 horas, será publicado o gabarito da prova semestral.
10. O dia 4 de julho de 2016, às 12 horas, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.

BOA PROVA!

Joaçaba, 1º de julho de 2016.



DIREITO CONSTITUCIONAL

01) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Conforme a CF/88 é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato, assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- b) É livre a locomoção no território nacional em qualquer tempo, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- c) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, dependentemente de autorização concedida por autoridade competente, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- d) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

02) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, Senadores e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até um ano antes do pleito.
- b) É correto afirmar que a Constituição Federal, no capítulo relativo aos Direitos Políticos, não prevê a inelegibilidade por questão de exercício de cargo executivo, estabelecendo restrições apenas decorrentes da prática de improbidade administrativa.
- c) O domicílio eleitoral, presente no art. 14 da CF/88, significa que o eleitor só poderá ter o título de eleitor na localidade em que tiver domicílio civil.
- d) A inelegibilidade por parentesco significa que os parentes, consangüíneos ou afins até o segundo grau ou por adoção, de ocupantes de cargos executivos ficam impedidos de concorrer a quaisquer cargos no território da jurisdição do titular.

03) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As normas constitucionais de eficácia limitada de princípio institutivo estão relacionadas a instituições do estado e a estrutura de definição dos direitos fundamentais, dependendo de edição de legislação regulamentadora ou atos posteriores para ter ampliação de sua eficácia.
- b) As normas constitucionais de eficácia limitada de princípio programático estão relacionadas aos direitos sociais e econômicos e necessitam de edição de emendas constitucionais posteriores que venham a restringir sua eficácia para que possam produzir efeitos
- c) Uma das características das normas constitucionais é a abertura, significando que o texto da constituição possui várias cláusulas gerais, que indicam qual o sentido correto da norma constitucional para cada caso concreto de sua aplicação.
- d) As normas constitucionais de eficácia contida e aplicabilidade imediata são normas que nascem com eficácia plena e permitem que uma legislação infraconstitucional posterior venha a regular e restringir sua eficácia.



04) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As Cláusulas Pétreas são limites a atuação do poder constituinte derivado, estando presentes nas limitações formais e circunstâncias e vinculam o trabalho do poder de revisão da Constituição no sentido de estabelecer quais assuntos poderão ser alterados por este poder.
- b) As limitações materiais implícitas são limites a atuação do poder constituinte derivado criando um rol de matérias que vinculam a edição de leis infraconstitucionais e estabelecem orientações expressas a atuação estatal, somente podendo ser suprimida por meio de emendas constitucionais previstas no texto do art. 60 da CF/88.
- c) As limitações materiais implícitas são limites a atuação do poder constituinte derivado e determinam um rol expresso de assuntos que condicionam a elaboração de emendas a Constituição, criando um núcleo que só pode ser suprimido em situações de urgência ou por ratificação do poder constituinte originário.
- d) As Cláusulas Pétreas são limites a atuação do poder constituinte derivado, tendo origem na criação do núcleo da Constituição pelo poder constituinte originário, e impedem que o poder derivado venha a retirá-las do texto constitucional, mas admitem emendas que não venham a esvaziar seu conteúdo.

05) Conforme o previsto pela Constituição Federal no tocante ao poder executivo é CORRETO afirmar:

- a) A eleição do presidente e do vice permite que concorram brasileiros natos e naturalizados, filiados ou não a partidos políticos.
- b) Em havendo vacância dos cargos de presidente e vice da república assume o cargo o presidente do congresso nacional.
- c) Compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- d) Compete privativamente ao Presidente da República decretar e executar a intervenção federal ou municipal.

06) Sobre o controle de constitucionalidade assinale a alternativa CORRETA:

- a) Proposta a ação direta de inconstitucionalidade, não se admitirá desistência mas se admite a intervenção de terceiros.
- b) Na tramitação da ADI, em caso de necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato ou de notória insuficiência das informações existentes nos autos, poderá o relator requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão, ou fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria.
- c) A petição inicial em ADI indicará o dispositivo da lei ou do ato normativo impugnado e os fundamentos jurídicos do pedido em relação a cada uma das impugnações o pedido, com suas especificações, e as partes que serão ouvidas para demonstrar a veracidade dos fundamentos da tese de inconstitucionalidade.
- d) A medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito *ex tunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia prospectiva.



07) Sobre Comissões Parlamentares de Inquérito é CORRETO afirmar que:

- a) Somente podem ser criadas mediante requerimento de um terço dos membros do Congresso Nacional, aprovado pela respectiva Mesa, para promover a responsabilidade criminal dos infratores, no prazo de noventa dias;
- b) Têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e são criadas, nos termos da Constituição, podendo determinar a quebra do sigilo fiscal e do sigilo bancário.
- c) Visam a apurar ilegalidades no âmbito do Parlamento, com o auxílio do Tribunal de Contas, desde que autorizada sua instalação pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional;
- d) Somente devem remeter suas conclusões ao Ministério Público se houver solicitação expressa do Chefe do Ministério Público, exclusivamente para promover a ação penal pública da qual, segundo a Constituição, é titular.

08) Em relação a forma federativa de Estado assinale a alternativa CORRETA:

- a) A competência legislativa pode ser caracterizadas como aquela em que o ente federado edita normas primárias para atuar no sentido exercer atividade administrativa de cunho material.
- b) A forma federativa de estado é considerada como sendo uma cláusula pétrea, sendo este motivo que emenda constitucional que altere o rol de competências privativas para concorrentes é considerada como inconstitucional.
- c) Conforme a Constituição Federal de 1988, as competências municipais podem ser exercidas de maneira plena, tanto no intuito de suplementar a legislação federal, como no intuito de atuar no interesse local.
- d) Confirme previsto no texto constitucional o exercício da competência concorrente estabelece a União a possibilidade de edição de normas gerais e aos Estados-membros a possibilidade de suplementação, que pode ser transformar em competência plena no caso de inexistência da norma geral

09) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As competências do Congresso Nacional previstas no art. 48 da CF/88, são expressões da competência legislativa da União.
- b) Ao regular a competência do Congresso Nacional, prevista no art. 49 da CF/88, temos que o tipos de atos do processo legislativo aptos a regular essas competências são o decreto legislativo e as resoluções.
- c) As competências previstas nos arts. 51 e 52 da CF/88 são de natureza privativa, sendo possível considerar que tanto a Câmara Federal como o Senado Federal podem delegá-las um ao outro.
- d) No exercício de suas atribuições o Senado Federal poderá atuar tanto no exercício das competências legislativas da União como no exercício de competências legislativas estaduais, em razão de representar a vontade dos Estados-membros.

10) Em relação aos direitos fundamentais assinale a alternativa CORRETA:

- a) As ações afirmativas são medidas públicas ou privadas, de caráter coercitivo ou não, que visam a promover a igualdade formal, através da discriminação negativa de pessoas



integrantes de grupos que estejam em situação desfavorável, e que sejam vítimas de discriminação ou estigma social.

b) A características da vinculação dos particulares aos direitos fundamentais serve para determinar que as relações de particulares os direitos fundamentais podem produzir efeitos, sendo esta vinculação um dos fundamentos para que os particulares sejam destinatários dos direitos fundamentais.

c) No caso de colisão entre direitos fundamentais, deve o intérprete identificar o direito ou a garantia fundamental que pode sofrer maior violação, buscando proteger assim o direito fundamental mais fraco no caso concreto, aplicando assim a noção de ponderação no aspecto validade e peso.

d) A jurisprudência do STF reconheceu que o direito de liberdade de expressão deve ser interpretado de forma extensiva, exceto nos casos em que cause violação a outros direitos de liberdade, sendo este o fundamento para que o discurso do ódio, anonimato e os gestos não sejam protegidos pela liberdade de expressão.

DIREITO EMPRESARIAL

11) A Lei nº 12.441/2011, procurando apresentar mais uma opção para as pessoas que desejam se constituir como empresa, instituiu a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - "EIRELI". Dentre as alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

a) A empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não pode ser inferior a 150 (cento e cinquenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

b) O nome empresarial da empresa individual de responsabilidade limitada deverá ser formado por denominação e com a inclusão da expressão "EIRELI".

c) A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.

d) A empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, deverá sempre ser constituída nesta modalidade, não podendo, portanto, resultar de concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio.

12) O Código Civil (Lei nº 10.406/2002), que trata do direito societário, apresenta vários tipos de sociedades, cada uma com as suas características próprias. Dentre os enunciados abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

a) Na sociedade em conta de participação a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio participante.

b) Na sociedade em comum, apenas o sócio majoritário responde ilimitada pelas obrigações da sociedade.

c) As sociedades cooperativas, independentemente do objeto social, são sempre sociedades simples.

d) A sociedade simples não possui personalidade jurídica, sendo desnecessária a inscrição de seu contrato social no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede.



13) O Código Civil (Lei nº 10.406/2002), aos tratar das sociedades personificadas, apresenta a sociedade simples, aquela formada por quem exerce profissão intelectual de natureza científica, literária ou artística. A respeito da sociedade simples, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, no caso de cessão total ou parcial de quota na sociedade, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio
- b) A distribuição de lucros ilícitos ou fictícios acarreta responsabilidade solidária dos sócios e dos administradores que a realizarem e dos sócios que os receberem, conhecendo ou devendo conhecer-lhe a ilegalidade.
- c) A administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, compete ao sócio que for titular da maioria das quotas do capital social da sociedade.
- d) O sócio, admitido em sociedade já constituída, se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.

14) O Código Civil ((Lei nº 10.406/2002), estabelece normas para disciplinar a Sociedade Limitada. Segundo a legislação pertinente e dentre as alternativas abaixo, assinale a CORRETA.

- a) Na sociedade limitada, independentemente da integralização ou não do capital social, a responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas.
- b) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas. A administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- c) Na sociedade limitada, independentemente do número de sócios, as deliberações serão tomadas em assembleia.
- d) Na sociedade limitada, não integralizada a quota de sócio remisso, os outros sócios podem, tomá-la para si ou transferi-la a terceiros, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros da mora, as prestações estabelecidas no contrato mais as despesas.

15) A Lei nº 11.101/05, objetivando viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor e permitir a manutenção da fonte produtora, instituiu o plano especial de recuperação judicial às ME e EPP. Sobre o plano de recuperação especial para ME e EPP, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Plano Especial de recuperação judicial abrangerá somente os créditos quirografários.
- b) O plano especial de recuperação judicial preverá parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de 12% a.a.
- c) O plano especial de recuperação judicial preverá o pagamento da 1ª (primeira) parcela no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da distribuição do pedido de recuperação judicial.
- d) O pedido de recuperação judicial com base em plano especial acarreta a suspensão do curso da prescrição nem das ações por créditos não abrangidos pelo plano.



16) A legislação brasileira, ao tratar a respeito das sociedades, prevê a possibilidade da reorganização societária. Sobre as formas de reorganização societária abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A transformação é a mudança do tipo societário, porém ocorre a dissolução da sociedade transformada.
- b) A cisão é a operação pela qual a sociedade transfere parcelas do seu patrimônio para uma outra sociedade. A cisão pode ser total ou parcial.
- c) Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra e origina uma nova personalidade jurídica.
- d) A fusão não determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.

17) De acordo com a legislação pertinente, que trata dos títulos de crédito, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A letra de câmbio é uma promessa de pagamento, feita pelo sacador ao beneficiário e que não admite aceite e permite o endosso parcial.
- b) A duplicata é um título de crédito causal que é protestável por falta de aceite, de devolução ou pagamento
- c) O cheque é uma ordem de pagamento à vista ou a prazo, transmissível por endosso e que admite aceite.
- d) A nota promissória é uma promessa de pagamento e que admite aceite.

18) De acordo com a Lei nº 7.357/85, dispõe sobre o cheque e dá outras providências. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão não invalidam os efeitos do cheque.
- b) Prescrevem em 6 (seis) meses, contados a partir da apresentação, o portador perde o direito de promover a sua execução do cheque.
- c) O pagamento do cheque se fará à medida em que forem apresentados os cheques e se 2 (dois) ou mais forem apresentados simultaneamente, sem que os fundos disponíveis bastem para o pagamento de todos, terão preferência os de emissão mais antiga e, se da mesma data, os de número inferior.
- d) No cheque, feita a indicação da quantia em algarismos e por extenso, prevalece esta no caso de divergência.

19) A Lei nº 6.404/76 disciplina a Sociedade Anônima. Dentre as alternativas abaixo que tratam deste tipo societário, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O membro do conselho de administração, na sociedade anônima, deve ser acionista da sociedade para a qual ele fará parte como conselheiro.
- b) A realização das assembleias gerais de acionistas devem ser precedidas da publicação do edital de convocação, quer seja de capital fechado ou de capital aberto o prazo é de 15 dias e 8 dias de antecedência
- c) As sociedades anônimas podem emitir os seguintes títulos mobiliários/negociáveis: partes beneficiárias, bônus de subscrição, letra de câmbio e debêntures.
- d) Nas sociedades anônimas os detentores de ações ordinárias têm direito de voto nas assembleias gerais e os de ações preferenciais têm preferência no recebimento dos



dividendos.

20) O Código Civil (Lei nº 10.406/2002), ao tratar do Direito de Empresa, estabelece normas que devem ser obedecidas pelo empresário. Com base nos textos abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.
- b) O empresário casado, não pode, sem autorização de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus reais.
- c) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações contraídas.
- d) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

DIREITO TRIBUTÁRIO

21) Dentre os tributos abaixo, assinale aquela assertiva que contém apenas aqueles que podem ser instituídos pelos Municípios

- a) Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS; Contribuição para o Custeio do regime de previdência de seus servidores; Taxas
- b) Contribuição de melhoria; Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP; Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis por ato Oneroso – ITBI
- c) Imposto sobre Serviços – ISS; Contribuição de melhoria; Empréstimo Compulsório
- d) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS; Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.

22) Marcela arrematou um terreno no bairro Saco dos Limões, em um leilão judicial da 1ª Vara do trabalho de Florianópolis. Arrematou-o por R\$ 15.000,00 mas, passados 3 meses, foi surpreendida com a cobrança de R\$ 2.100,00 relativos a IPTUs do terreno em atraso, dos últimos 4 anos. Questionada, a Prefeitura diz que a obrigação é propter rem e segue a coisa. Nestas condições, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A responsabilidade pelo pagamento do tributo é de Angelina, pois aplica-se ao caso a regra que diz que as dívidas tributárias se subrogam na pessoa do adquirente
- b) A responsabilidade pelo pagamento do tributo deve recair sobre o antigo proprietário, uma vez que o imóvel foi adquirido através de hasta pública (leilão judicial)
- c) Quando o imóvel é adquirido em hasta pública, os débitos de IPTU subrogam-se no preço pago, de forma que Angelina receberá o imóvel livre deste ônus
- d) A responsabilidade pelo pagamento de tributo será de Angelina se os débitos de IPTU constavam do edital. Se o edital não fazia menção, a responsabilidade pelo pagamento será do antigo proprietário.



23) Arlindo, Breno, Célio e Dilnei são irmãos e adquiriram um terreno em condomínio, para investimento. Cada um investiu R\$ 250.000,00 necessários para a aquisição do terreno no valor total de R\$ 1.000.000,00. Ocorre que o IPTU de 2014, no valor de R\$ 8.000,00 não foi pago e uma execução fiscal foi ajuizada pelo Município de Garopaba. Sobre esta situação fática frente aos débitos de IPTU, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os quatro irmãos serão sujeito passivo do IPTU, cada um sendo obrigado ao pagamento de R\$ 2.000,00 (25%)
- b) Caso Célio efetue o pagamento de R\$ 2.000,00, está liberado da solidariedade existente entre os devedores
- c) Os quatro irmãos serão sujeito passivo do IPTU, cada um obrigado ao pagamento da totalidade da dívida
- d) Caso Dilnei seja titular de uma isenção concedida em caráter pessoal, não estará liberado da solidariedade com relação aos R\$ 6.000,00 restantes

24) Sobre a constituição do crédito tributário e sua modificação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A entrega de declaração pelo contribuinte, reconhecendo o débito fiscal, constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do sujeito ativo
- b) O lançamento tributário pode ser alterado a qualquer momento pelo sujeito ativo da obrigação tributária, sendo suficiente para tal a fundamentação do administrativo de lançamento
- c) O lançamento tributário somente pode ser alterado em caso de recurso de ofício e de dolo do sujeito passivo ao fraudar as informações apresentadas quando do lançamento por homologação
- d) A entrega de declaração pelo contribuinte, informando o débito fiscal, necessita de formalização de lançamento de ofício por parte do sujeito ativo

25) No que concerne à capacidade tributária passiva, analise os itens a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

- a) Um paciente internado na UTI em coma profundo há 6 anos, proprietário de um veículo automotor, perderá a qualidade de contribuinte do IPVA (imposto sobre a propriedade de veículo automotor) quando for obtida a sua curatela
- b) Um menor com 5 anos de idade que possui um bem imóvel registrado em seu nome, ainda que sob tutela de seus pais, não perde a qualidade de contribuinte do IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana)
- c) O locatário de imóvel é sujeito passivo do IPTU na qualidade de responsável tributário, quando previsto no contrato de locação a sua responsabilidade pelo recolhimento do tributo
- d) Uma unidade econômica sem personalidade jurídica (“pessoa jurídica” não constituída regularmente) não pode ser contribuinte de IRPJ (imposto sobre a renda da pessoa jurídica)

26) A empresa Hipotético Condicional Cursos e Treinamentos Ltda. encerrou suas atividades (“fechou as portas”) sem a baixa nos órgãos competentes (Junta Comercial e Receitas Municipal e Federal), deixando em aberto dívidas de ISS – Imposto sobre Serviços e INSS – contribuição previdenciária, esta última retida do salário dos



empregados mas não recolhida. Sabendo-se que a empresa possui como sócios Agnelo, sócio cotista com 2% do capital social e Luigi, sócio administrador com 98% do capital social, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade gera, por si só, a responsabilidade tributária do sócio administrador, independentemente do tributo suprimido.
- b) É possível a responsabilidade dos sócios cotistas (sem poder de gerência e administração) pelos débitos de ISS – Imposto sobre Serviços
- c) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio administrador
- d) Não será possível o redirecionamento da execução fiscal a nenhum dos sócios da empresa, vez que o ato de encerrar as atividades sem a comunicação dos órgãos competentes não constitui hipótese autorizadora de tal medida.

27) Sobre a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Tendo apenas um débito e verificada uma das hipóteses de suspensão da exigibilidade deste crédito tributário, o contribuinte obterá certidão positiva com efeitos de negativa
- b) A moratória constitui uma postergação do prazo para pagamento do tributo, de forma que durante este período a exigibilidade do crédito fica suspensa
- c) O parcelamento é forma de suspensão da exigibilidade do crédito tributário
- d) Em caso de discussão judicial do crédito tributário, para proceder ao depósito do montante integral o contribuinte terá que obter autorização judicial

28) Empresa optante do Simples Nacional deixou de recolher o tributo durante todo o ano de 2009, R\$ 500,00 mensais que venciam todo o dia 20 do mês seguinte (ex.: faturamento do mês de janeiro, vencimento no dia 20 de fevereiro; faturamento do mês de dezembro, vencimento no dia 20 de janeiro). Em 15/04/2010 a empresa entregou sua DASN (declaração anual do simples nacional), informando o débito global de R\$ 6.000,00. Ocorreu que, em 10/04/2015 a empresa foi citada em execução fiscal referente a este ano de 2009, cujo “cite-se” se deu em 17/01/2015. Contribuinte comparece aos autos alegando a prescrição do crédito tributário. Dentro deste contexto:

- a) Ocorreu a prescrição dos créditos tributários de todas as competências de 2009, janeiro a dezembro, tendo em vista o transcurso de mais de 5 anos entre o último vencimento (20/01/2015) até a citação do devedor
- b) Ocorreu a prescrição dos créditos tributários de janeiro de 2009 a novembro de 2009 mas não a de dezembro de 2009, tendo em vista que entre o vencimento (20/01/2015) e o despacho que determina a citação não se passaram 5 anos
- c) Não ocorreu a prescrição dos créditos tributários, uma vez que não se passaram 5 anos entre a data da entrega da declaração (15/04/2010) e o despacho que determinou a citação (17/01/2015)
- d) Não ocorreu a prescrição dos créditos tributários, uma vez que os tributos precisam ser alvo de lançamento e notificação fiscal pelo sujeito ativo



29) A empresa XYZ Comércio de Automóveis Ltda. alugou um imóvel na Av. das Flores Bonitas, onde antes estava estabelecida a empresa ABC Só Carros Luxuosos Ltda.. Esta última possui débitos de ICMS, referentes ao ano de 2014, na ordem de R\$ 15.000,00. Partindo destes fatos, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa que corresponde corretamente à sujeição passiva tributária das empresas:

I – o fato de a empresa XYZ alugar o imóvel onde antes estava localizada a empresa ABC não autoriza a responsabilidade tributária da empresa XYZ sucessão tributária;

II – caso a empresa ABC deixe de funcionar, sem retomar as atividades dentro de seis meses, a responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos da empresa ABC será solidária;

III – caso a empresa ABC permaneça em funcionamento mas em outro endereço, a responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos da empresa ABC será solidária;

IV – caso a empresa ABC retome suas atividades após quatro meses e dezoito dias, a responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos tributários será integral

- a) Apenas a assertiva I está correta
- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas
- c) Apenas as assertivas III e IV estão corretas
- d) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas

30) Sobre a obrigação tributária, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I – a existência de uma obrigação tributária acessória pressupõe a existência de uma obrigação tributária principal.

II – pagar IPTU não é uma obrigação tributária.

III – emitir nota fiscal é uma obrigação tributária.

IV – escriturar livros fiscais é uma obrigação tributária.

V – segundo o Código Tributário Nacional, a obrigação de pagar multas e juros tributários constitui-se como obrigação acessória.

- a) Apenas as alternativas I, e IV estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as alternativas II e V estão corretas.
- d) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.

JUIZADOS ESPECIAIS

31) Em relação aos Juizados Especiais, assinale a opção correta.

- a) Os princípios enumerados no art. 2º da Lei nº 9.099/95 informam e sustentam todo o sistema que foi erigido e em razão de seu papel interpretativo e, impõem-se mesmo frente à lei.
- b) O juízo arbitral não poderá ser instaurado no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais, diante do conflito de competências.
- c) O microsistema dos juizados especiais não tem autonomia em face da vigência do novo Código de Processo Civil brasileiro.
- d) A competência dos juizados especiais deve verificar a presença da incidência do art. 3º da Lei nº 9.099/95, desconsiderando a questão da menor complexidade aferida pelo objeto da prova.



32) De acordo com o artigo 2º da Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Estaduais) os processos devem ser orientados pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Decorrem desses princípios as seguintes assertivas, EXCETO:

- a) Os embargos declaratórios poderão ser interpostos de forma oral, ao contrário do que ocorre com outros recursos interpostos de forma escrita.
- b) Não se reconhecerá a nulidade de qualquer outro ato processual se não houver efetivo prejuízo à parte.
- c) Não são devidas custas processuais e demais despesas no primeiro grau de jurisdição, mesmo havendo a condenação do vencido ao pagamento das custas e honorários advocatícios em caso de litigância de má-fé.
- d) Possibilidade de conciliação das partes independentemente de prévia apresentação do pedido, bastando o seu comparecimento.

33) Quanto ao regramento jurídico dos Juizados Especiais, assinale a opção INCORRETA:

- a) No teto da competência, não deve estar incluída a multa fixada para o cumprimento de obrigação, que poderá exceder aos 40 (quarenta) salários mínimos.
- b) Para a fixação do valor da causa em caso de litisconsórcio ativo, será considerado o valor individual pretendido para cada um dos litisconsortes.
- c) As demandas regidas por procedimentos especiais, a rigor, não podem ser processadas nos juizados especiais, exceto as possessórias sobre imóveis, observando-se o valor de alçada.
- d) A inobservância da regra de competência territorial gera vício relativo, que não poderá ser conhecido de ofício pelo magistrado, competindo à parte alegá-lo por meio da arguição adequada.

34) Considerando as disposições da Lei dos Juizados Especiais, é CORRETO afirmar:

- a) Podem demandar perante os juizados especiais cíveis, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os cessionários de direitos de pessoas jurídicas.
- b) O pedido, em regra, deve ser certo e determinado, mas a própria lei dos juizados especiais possibilita a formulação de pedido genérico, situação que deverá ser definida até o momento da prolação da sentença, vez que vedada, expressamente, que esta seja ilíquida.
- c) Das sentenças proferidas no âmbito dos juizados especiais, sejam de mérito ou homologatória das decisões proferidas por juiz leigo, caberá recurso inominado.
- d) A multa prevista de 10% para o cumprimento de sentença aplica-se nos juizados especiais, ainda que o valor desta, somado ao da execução, ultrapasse o limite de alçada, sendo devido à fixação dos honorários **advocatícios**.

35) Demóclides propôs ação de despejo para uso próprio do imóvel perante o Juizado Especial Cível Estadual. Em termos de competência pertinente ao caso sob exame, afirma-se que:

- a) A presença do advogado é obrigatória para fixação da competência.
- b) A ação de despejo para uso próprio, em razão da matéria, pode ser julgada nos juizados especiais.
- c) O microsistema dos juizados especiais não julgam ações de despejo para uso próprio que ultrapassam a alçada de 40 salários mínimos.
- d) As ações de menor complexidade estão excluídas da competência dos juizados especiais.



36) Sobre um réu condenado a cumprir pena de seis anos em regime inicial semi-aberto, recém progredido ao regime aberto, ser parte passiva em processo nos Juizados Especiais Cíveis, é INCORRETO afirmar:

- a) Embora em regime aberto, continua sendo um “preso”, sendo vedada sua participação com fundamento no art. 8º, caput, da Lei nº 9.099/95.
- b) Não se permite o “preso” nos Juizados em razão do prejuízo à ferramenta central e essencial ao sistema: diálogo livre e disposição livre de bens e direitos em litígio por meio da conciliação, transação, negociação.
- c) O “preso” de alimentos, que ficaria pouco tempo preso, poderia ser parte, se fosse relegada sua defesa e a sessão conciliatória, por conseguinte, para após sua soltura.
- d) Não se permitem presos encarcerados nos Juizados para evitar que se tenha de utilizar da formalidade de os requisitar à Unidade Prisional e compareçam algemados às salas de audiência.

37) Em sede de Juizados Especiais Cíveis dos Estados, é INCORRETO afirmar:

- a) O CPC/2015 alterou o regramento até então específico dos embargos de declaração da Lei nº 9.099/95.
- b) Havia regramento peculiar aos embargos de declaração da Lei nº 9.099/95 até a entrada em vigor do CPC/2015.
- c) A interposição de embargos de declaração suspende o prazo de interposição de recursos.
- d) Como recurso que é, aquele designado embargos de declaração está também sujeito a exame de admissibilidade, conforme precedentes referidos em sala de aula.

38) Sobre as instâncias recursais previstas constitucionalmente para os Juizados Especiais Cíveis dos Estados, é ERRADO afirmar:

- a) Os Tribunais de Justiça dos Estados não estão ordinariamente investidos de jurisdição sobre os Juizados Especiais Estaduais.
- b) O Superior Tribunal de Justiça não está ordinariamente na sequência das instâncias recursais originalmente previstas, passando por ele os recursos em geral.
- c) O Supremo Tribunal Federal não faz parte da estrutura recursal para apreciação ordinária das demandas submetidas aos JECív.
- d) As Turmas Recursais, que podem ser entendidas como 2ª instância original dos Juizados Especiais Cíveis dos Estados, são compostas por Magistrados em exercício no 2º Grau de Jurisdição.

39) Sobre os métodos de resolução adequada de disputas, tendo em vista também a Política Nacional de Mediação e Conciliação, capitaneada pelo Conselho Nacional de Justiça, é INCORRETO afirmar:

- a) Se aplica aos Juizados Especiais, mesmo que tenham sistema conciliatório próprio, podendo se utilizar dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSC) preconizados pela Resolução do CNJ a respeito desse tema.
- b) Trata-se de estudo unidisciplinar, que afasta das audiências saberes de outras áreas do saber, como a matemática, técnicas de vendas, neurolinguística, psicologia, administração.



- c) Trabalha para incentivar que haja mediação e conciliação fora do âmbito do Poder Judiciário.
- d) Encoraja o desenvolvimento da conciliação e da mediação no âmbito de processos já judicializados, mesmo no sistema dos Juizados Cíveis.

40) Sobre a atividade do Conciliador, nos Juizados Especiais Cíveis, é CORRETO afirmar:

- a) O Conciliador deve ser exclusivamente Bacharel em Direito, e é impedido de ter inscrição ativa no quadro da OAB.
- b) Conciliador e Juiz Leigo são figuras de idêntico conceito jurídico e requisitos, podendo se utilizar a designação de um pela de outro sem quaisquer problemas jurídicos de identificação.
- c) Para a instrução processual, o Conciliador atua como coletor de prova, suas decisões interlocutórias precluem e não podem ser revistas pelo Magistrado no momento da homologação da proposta de decisão à lide (sentença).
- d) Nenhuma das anteriores.